

WITTGENSTEIN E BOURDIEU: LINGUAGEM, PODER SIMBÓLICO E ANÁLISE DA CULTURA ORGANIZACIONAL

(Wittgenstein and Bourdieu: Language, Symbolic Power and Organizational Culture Analysis)

Elizeu Barroso Alves ¹
Universidade Positivo (PMDA/UP)

Samir Adamoglu de Oliveira ²
Universidade Federal da Paraíba (DADM-UFPB)

ABSTRACT

Approximating ideas from Wittgenstein and Bourdieu, we essay how symbolic power displays constitute organizational culture, strengthening empiric investigations that center language use in a linguistic exchange economy, inquiring in what capacity language use participates generating symbolic capitals representative of power that are able to influence such an organizational element. We narrow the 'language games' notion to 'habitus', 'fields' and 'symbolic power' demonstrating how the mastering of specific language games raises symbolic capital – through insertion, socialization and domination over specific 'games' –, influencing organizational culture. We contribute to discussions on organizational culture and symbolic power, offering both theoretical and conceptual subsidies to practice studies in organizations.

Keywords: *Language use. Symbolic power. Linguistic habitus. Organizational culture.*

RESUMO

Aproximando ideias de Wittgenstein e Bourdieu, ensaiamos de que forma o exercício do poder simbólico constitui a cultura organizacional, potencializando investigações empíricas que posicionem, centralmente, o uso da linguagem na economia das trocas linguísticas, indagando como este participa da formação dos capitais simbólicos representativos de poder que influenciam tal elemento organizacional. Cotejamos a noção de 'jogos de linguagem' aos conceitos de 'habitus', 'campo' e 'poder simbólico', demonstrando como o dominar de específicos jogos de linguagem angaria capital simbólico – mediante inserção, familiarização e domínio de específicos 'jogos' –, influenciando culturas organizacionais. Contribuímos para discussões sobre cultura organizacional e poder simbólico, oferecendo subsídio teórico e conceitual para estudos das práticas nas organizações.

Palavras-Chave: *Uso da linguagem. Poder simbólico. Habitus linguístico. Cultura organizacional.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a virada linguística ocorrida na passagem do século XIX para o século XX, "a linguagem passa de objeto de reflexão filosófica para a 'esfera dos fundamentos' de todo pensar, e a filosofia da

¹ Doutorando e Mestre em Administração no Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo (PMDA/UP), Membro do Grupo de pesquisa 'Práticas de Gestão em Contexto Organizacional' (PEGO-UNINTER) e docente do Centro Universitário Internacional UNINTER. Bolsista do PROSUP-CAPES. E-Mail: elizeu.balves@hotmail.com

² Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR). Professor adjunto no Departamento de Administração da Universidade Federal da Paraíba (DADM-UFPB), e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB). Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES). E-Mail: samiroliveira09@hotmail.com

linguagem passa a poder levantar a pretensão de ser 'a filosofia primeira'" (OLIVEIRA, 2006, p. 12-13). Por isso, a linguagem galga lugar central na discussão de como se compreende o mundo, ocupando, assim, papel vital nessa explicação (ARAÚJO, 2004). Neste contexto, Ludwig Wittgenstein (1889-1951), em sua segunda fase, subleva a forma de se pensar a filosofia ao apresentar seus 'jogos de linguagem' que, nas palavras de Araújo (2004), vem abalar inteiramente o paradigma vigente, a saber: o paradigma lógico. Para Wittgenstein (1979), a linguagem não servia apenas para dar nome ou descrever as coisas e seu estado; ela servia a esses propósitos, e a outros mais, de ordem constitutiva. A linguagem não possui uma única gramática e nem uma única estrutura, pois ela é um tipo de ação, uma atividade.

No campo da sociologia, temos em Pierre Bourdieu (1930-2002) uma obra que empreendeu significativo esforço na superação de antigas limitações das teorias sociológicas tradicionais ao oxigenar a questão fundamental sobre as regularidades que constituem o agente social no mundo social, estruturalmente erigido a partir de orientações e modos de agir relativamente estáveis, mas dinâmicos (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Sua sociologia, baseada numa filosofia da ciência relacional (VANDENBERGHE, 1999), apresenta um agente dentro dos aspectos da ação social, objetivando elucidar o conteúdo oculto das práticas sociais a partir de conceitos como *habitus* e campos, os quais incluem o uso da linguagem (BOURDIEU, 1996; 1999).

Aproximações e integrações são uma constante nos estudos filosóficos; o que há de ser levado em consideração ao se propor uma aproximação de ideias é a não traição de legados, ou seja, mostrar a medida em que, e as possibilidades nas quais tais aproximações são viáveis (TAYLOR, 2000). No caso de Wittgenstein e Bourdieu, nossa intenção é apresentar uma associação possível entre ambos, no sentido de como um pode ser compreendido enquanto base explicativa e complementar do outro – haja vista que o próprio Bourdieu afirmou ter sido influenciado por Wittgenstein ³ –, sobretudo quando consideramos que "Bourdieu usa e sugere a analogia como forma legítima de comparação e princípio de elaboração das relações entre as relações" (SÁ, 2015, p. 121). Destarte, o diálogo entre esses autores – de forma oxigenadora, porém não integrativa – traz para a discussão a influência da filosofia da linguagem e sua importância na teoria social contemporânea, com seus reflexos em áreas como a dos Estudos Organizacionais (EOR) (CLEGG; HARDY, 2010).

³ Em várias passagens da obra de Bourdieu temos menções diretas ou indiretas à filosofia da linguagem e sua conveniência para destravar alguns empecilhos teóricos, mas, é em Bourdieu (2004, p. 21) que o próprio pensador francês disse que "Wittgenstein é certamente o filósofo que me foi mais útil nos momentos difíceis. É uma espécie de salvador para os períodos de grande angústia intelectual: quando se trata de questionar coisas tão evidentes como 'obedecer a uma regra'. Ou quando se trata de dizer coisas tão simples (e, ao mesmo tempo, quase inefáveis) como praticar uma prática".

Nos EOR há várias possibilidades para como entender a cultura nas organizações: (i) o reconhecimento do contexto social como algo cultural, (ii) a trajetória histórico-cultural de um país, (iii) a cultura como fator influente na organização (dentre outros, tais quais a estrutura organizacional, a estratégia organizacional, etc.), e (iv) o entendimento da organização enquanto entidade cultural que (re)produz sentidos e significados para a esfera da vida no trabalho (para os indivíduos que nelas vendem sua força de trabalho) e para a esfera da vida em sociedade, racionalizando e instrumentalizando comportamentos de grupo, e impactando o tecido social mediante bens materiais e simbólicos produzidos e comercializados (JAIME JÚNIOR, 2002; MORRIL, 2008; SMIRCICH 1983; SWIDLER, 1986). Na esteira desse último entendimento, assumimos que a supressão do caráter simbólico em função dos pressupostos de primazia da racionalidade nos processos de gestão revela-se como mecanismos de dominação e de controle (PAGÈS et al., 2005). Aqui, interessamo-nos pela análise da cultura organizacional em termos de quais significados construídos e sustentados numa dada realidade organizacional condicionam as práticas da organização, conferindo sentido a práxis dos indivíduos. Neste processo, a cultura organizacional se (trans)forma na interação cotidiana operada pela linguagem, acarretando na construção de significados compartilhados (ALVESSON, 2013).

Partindo dessas bases, a questão norteadora deste ensaio esboça-se do seguinte modo: **de que forma o uso da linguagem participa da formação dos capitais simbólicos representativos de poder que influenciam a cultura organizacional?** Assim, este ensaio teórico tem por objetivo explicitar e entender como se dá esta relação por intermédio de elementos presentes nas obras de Wittgenstein e Bourdieu, de modo a podermos refletir acerca de como o ato de dominar específicos jogos de linguagem angaria capital simbólico, mediante o uso da linguagem.

1 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE WITTGENSTEIN

A contribuição de Wittgenstein para a filosofia é, de longe, uma das mais importantes, principalmente ao entendermos a noção de 'jogos de linguagem'. Quando se trata de relatar os pensamentos de Wittgenstein, precisamos dividi-lo em duas fases, sendo a primeira fase a do Wittgenstein I – representada por sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus* – e a segunda fase a do Wittgenstein II – da obra *Investigações Filosóficas* –, onde está ancorada sua pragmática linguística, sendo importante salientar que entre essas duas fases houve uma ruptura e inovação, onde a investida acerca da linguagem se tornou absolutamente oposta (ARAÚJO, 2004).

Na obra *Investigações Filosóficas*, temos um Wittgenstein que retoma o seu trabalho buscando corrigir os equívocos que (segundo o próprio) ele cometera no *Tractatus*. Nisso, adentramos

a mente de um Wittgenstein com pensamentos inovadores, onde a noção de **jogos de linguagem** se torna fundamental, no sentido de vislumbrar uma nova forma de abordar a linguagem, agora como uma ação prática capaz de moldar o que há em sua volta. Isso, conforme Araújo (2004), explica a linguagem como sendo uma ferramenta pública, comum do dia a dia, e suas regras apontam numa direção, reconhecendo 'semelhanças de família'. Considerando haver uma multiplicidade de jogos de linguagem – tais quais prometer, ordenar, descrever, contar histórias, sugerir, ironizar etc. –, essa multiplicidade alicerça-se sempre em diferenciáveis 'formas de vida', as quais correspondem ao modo de apresentar-se no mundo.

Adamoglu de Oliveira e Bulgacov (2013) apresentam que em Wittgenstein os jogos de linguagem abarcam as atividades linguísticas e as não linguísticas, em uma construção tripartite onde os seus elementos componentes são necessários para o entendimento pleno daquela noção, sendo estes elementos: (i) a forma de vida, (ii) o seguimento de regras, e (iii) as semelhanças de família. Tal entendimento ampliado acerca da linguagem – agora fazendo caber, sobretudo, a dimensão da ação não apenas verbal, mas também da ação laboral – é indicada no próprio Wittgenstein ao admitir a correção de seu pensamento, quando este afirma que havia uma imagem que o mantinha preso, cuja saída não era possível, pois ela residia em sua própria linguagem que lhe repetia, inexoravelmente, da importância da linguagem lógico-formal enquanto chave para explicar e entender a realidade:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de 'jogos'. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, de torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: 'Algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam 'jogos'', – mas **veja** se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a **todos**, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja! (WITTGENSTEIN, 1979, §66, grifo no autor).

Isto posto, o jogo de linguagem é o local onde, concretamente, apreendemos e aprendemos – experiencialmente – a linguagem, e a utilizamos para que esta ganhe significado pelo seu uso, pois, "a linguagem nessa perspectiva não é vista como estática, plenamente estruturada antes de tudo, mas sim como uma ação inerente ao pensar humano e a sua ação criativa" (SÁ, 2015, p. 125). Dessa forma, os sentidos de qualquer enunciação não precisam ser formatados em proposições estruturalmente óbvias, mas podem possuir qualquer configuração, desde que seja possível entendê-la dentro da dinâmica social (ou seja, que ela seja cognoscível, compreensível em circunstâncias de interação em determinada comunidade linguística). Logo, devemos atentar para o fato de que, em tais dinâmicas, existem contextos, e estes são de vital importância. Frases que utilizamos para nos expressarmos e nos comunicarmos estão sempre amparadas numa 'gramática' (leia-se, no conjunto de regras que constituem uma linguagem), mas também podemos conferir outros significados que só se tornam

palpáveis na medida em que integrados ao contexto de uso delas. Dessa maneira, os jogos de linguagem não são apenas instâncias de aprendizado da linguagem, mas sim a própria condição da linguagem, pois é onde organizamos nossas ações e reavemos o sentido de nossas intenções.

Nossas atividades estão subordinadas a determinadas convenções, instâncias e instituições sociais que condicionam e demarcam o que se pode e o que não se pode fazer, oferecendo guias para ações e intenções. À medida que a fixidez dessas regras advém da regularidade, temos a linguagem consubstanciada à prática social cotidiana, que se constituirá nas diversas formas de usos, abarcando significados sempre contextualizados, pois:

Nossos claros e simples jogos de linguagens não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem, – como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como **objetos de comparação**, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem (WITTGENSTEIN, 1979, §130, grifo no autor).

O fator comparativo advém da multiplicidade dos jogos de linguagem, constituídos de várias linguagens díspares com várias estruturas que podem servir a diferentes necessidades; uma vez que a noção de linguagem de Wittgenstein é de cunho social em sua criação e recriação, sendo sustentada através de práticas sociais, é isso que lhe confere caráter palpável para a compreensibilidade entre os indivíduos (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; BULGACOV, 2013). Passamos ao empreendimento intelectual de Pierre Bourdieu para, então, aventarmos de que forma o capital simbólico se constrói através do uso da linguagem, e de seus 'jogos'.

2 LINGUAGEM, CAPITAIS E PODER SIMBÓLICO EM BOURDIEU

Ao se trazer as ideias de Pierre Bourdieu para a discussão, necessita-se organizar seus conceitos no sentido de trabalhá-los dentro do sistema teórico no qual estes foram concebidos, sob o risco de usos inapropriados ou equivocados; tais conceitos que aqui nos interessam são: "*habitus*", "campo" e alguns tipos de "capitais" (BOURDIEU, 2007).

O trabalho de Bourdieu é central para se compreender poder simbólico e capitais dessa sorte. Situando-se no esforço de elaborar uma teoria da prática, Bourdieu (2007) compõe um arcabouço próprio onde, de modo central (mas não exclusivo), figuram os conceitos de *habitus* e de campo, construindo, segundo Hanks (2008), seu vocabulário em campos diversos, dos quais um deles é o da filosofia da linguagem. Inscrevendo-se no corpo dos agentes sociais, o *habitus* é um conceito cujo propósito é explicar a reprodução do mundo social isenta de regras necessariamente explícitas – sem excluir, contudo, a presença de regras dessa natureza (BOURDIEU, 2007). Levando em conta que os

agentes, em suas trajetórias de vida, são incorporados ao mundo social – sendo aqueles constituídos por definições e padrões de ação relativamente duradouros deste – o *habitus* em Bourdieu (2004; 2007) aplica-se a explicação das regularidades da vida, considerando a 'posição-prática' dos agentes ao longo dela, sendo esta oriunda da posição social do indivíduo na qual lhe é permitido pensar, agir e transitar nas mais variadas situações, configurando-se como uma conexão do individual com o mundo social.

Para Bourdieu (2007), a relação com o mundo social não é uma relação de causalidade mecânica; é uma relação de *habitus* que vincula o plano individual ao mundo social, ou seja, é o conjugado de arcabouços objetivos que anunciam a exterioridade que repercutirá no indivíduo de forma que este se transforme, em condição de adaptar-se à conjuntura imediata do nascer (no) social. Numa lógica circular, o *habitus* emerge da interação entre o agente social e o campo, ao ponto de não possuir existência independente deste último; o *habitus* inscreve-se no indivíduo inserido em uma posição-prática num campo, ao mesmo tempo em que as disposições corporais práticas dos indivíduos atualizam o *habitus* em seus campos vigentes – sendo, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Dessa feita, o *habitus* é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em circunstâncias dadas, e essas circunstâncias, evidentemente, tampouco ocorrem em um vácuo, mas sim de forma contextualizada, ao que se faz valer outro conceito-chave: o de campo, sendo este abordado junto com a noção de capital, complementando a ideia do *habitus*.

Um **campo** é um tipo de organização social configurado por papéis sociais, posições dos agentes sociais, e de estruturas onde essas posições se ajustam, sendo ainda proveniente de um processo histórico onde tais posições se efetivam tanto entre agentes individuais quanto coletivos, formando, assim, a 'posição-prática' (BOURDIEU, 2007). Nesse tocante, o campo se torna um elemento que modela e constitui o indivíduo mediante o *habitus*, ao passo que as posições sociais que originam as disposições corporais são moldadas por diversos fatores, que vão desde as trajetórias das carreiras dos agentes até o próprio *habitus* assumido pelo engajamento deste, no campo (HANKS, 2008). Ressalta-se que em todo campo há o conflito entre os que o dominam – ou seja, aqueles detentores de capital –, e aqueles que por ele são dominados.

Levando em conta que os sistemas simbólicos componentes dos campos são estruturantes e estruturados, a economia política esboçada na teoria da prática de Bourdieu amplia a discussão de capital e poder de modo a considerar, especialmente, o elemento simbólico que se origina de – e reforça – as diferenças de poder, ainda que não descartando a lógica da economia mercantil (CHARTIER, 2005; HANKS, 2008). Propriedade associada, também, a quaisquer outros tipos de

capital (econômico, cultural, social e simbólico), pois, tais capitais são transmutáveis, podendo um tipo/forma de capital transformar-se noutra.

O **capital cultural** pode ser entendido como um recurso de poder, sendo este destacado por prismas que se distinguem, entre si, como as capacidades culturais específicas de classe transmitidas por todo o percurso da vida, ao longo da socialização primária, prisma este conhecido como incorporado; de outro lado, temos o ponto de vista da institucionalização onde são remetidas as credenciais educacionais (BOURDIEU, 1999). Ambos os enfoques vêm a atuar como mecanismo de reprodução das classes sociais, fazendo com que, em conjunto com os demais tipos de capitais, o capital cultural aja como mecanismo de reprodução das condições sociais. Não apenas o capital econômico se constrói numa cultura, sendo essa a base para se enxergar a cultura organizacional, já que se nota que as desigualdades não provêm apenas das desigualdades econômicas, mas provêm, também, pela falta do capital cultural para se obter bens simbólicos, uma vez que os agentes se posicionam em um campo conforme seu acúmulo de capital.

O **capital simbólico** dos agentes sociais, por sua vez, deriva de percepções engendradas pelo *habitus* que os possibilitam entendê-los e reconhecê-los, atribuindo-lhes valor (BOURDIEU, 1999; 2007). Intercambiados entre si, os diferentes tipos de capital são mobilizados pelos agentes sociais em suas posições-práticas, configurando o campo e os seus sistemas simbólicos. Por serem estruturados, os sistemas simbólicos organizam a experiência dos agentes sociais em suas disposições corporais, ao mesmo tempo em que são reforçados pela prática, estabelecendo-se em relações de poder com efeitos muitas vezes difusos (BOURDIEU, 1998; 1999; HANKS, 2008). Logo, o **poder simbólico** compreende o poder invisível que só se exerce com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder, ou mesmo daqueles que o exercem (BOURDIEU, 1998). Tal cumplicidade situa-se na prática, sendo explicada não por conta de alguma aquiescência ou leniência consciente, mas por conta das relações estruturais entre o *habitus*, o campo, e os sistemas semióticos – sendo a língua o principal destes sistemas.

Dessa maneira, alcançamos a questão da linguagem de maneira explícita, ao menos no tocante ao que se identifica formal e estruturalmente disposto dentro de campos e subcampos sociais. Como afirma Hanks (2008), o ato de falar uma língua corresponde a um agir num mundo tacitamente aceito, indo além de apenas se dominar códigos linguísticos, de modo que "ao se engajarem na prática linguística, e a despeito de suas intenções ou objetivos, os atores sociais são cúmplices das difusas relações de poder às quais sua linguagem é incorporada" (HANKS, 2008, p. 53), sendo a competência para usar a norma padrão de uma língua, uma forma de detenção de capital simbólico. Nas palavras do próprio Bourdieu:

[...] as 'línguas' só existem em estado prático, ou seja, sob a forma de *habitus* linguísticos pelo menos parcialmente orquestrados e de produções orais desses *habitus* [...]. **A questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem** e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras. Desde o momento em que se passa a tratar a linguagem como um objeto autônomo, aceitando a separação radical feita por Saussure entre a linguística interna e a linguística externa, entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, fica-se condenado a buscar o poder das palavras nas palavras, ou seja, a buscá-lo onde ele não se encontra. Na verdade, a força ilocucionária das expressões (*illocutionary force*) não poderia estar localizada nas próprias palavras, como, por exemplo, os vocábulos "performativos", nas quais tal força estaria indicada, ou melhor, representada, no duplo sentido. Apenas excepcionalmente em situações abstratas e artificiais de experimentação, as trocas simbólicas se reduzem a relações de pura comunicação e o conteúdo informativo da mensagem esgota o conteúdo da comunicação. **O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido** (BOURDIEU, 1996, p. 33; 85-87, grifo nosso).

De fato, ao buscar o entendimento sobre linguagem e poder simbólico, Bourdieu (1996; 1999) nos salienta que a linguagem e suas representações são uma forma eficaz de natureza simbólica para a construção da realidade, ao ponto em que todo agente social almeja este poder de batizar e de instituir o mundo, nomeando-o. Nisso, nos são propostas três formas de entender como esse poder emanará, onde a primeira é a questão da **linguagem autorizada**, que nos remete a quem detém a autorização de seu uso, e o *habitus* referenciando-os para o seu entendimento:

A especificidade do discurso de autoridade (curso, sermão etc.) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento (fazendo-se ou não acompanhar pela compreensão) somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro (*skeptron*), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos, seja sacerdote, professor, poeta etc.; deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos (não se pode ler um poema dadaísta numa reunião do conselho de ministros), devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas (BOURDIEU, 1996, p. 91).

A segunda remete à **autoridade por trás da linguagem**, que evidencia ritos de instituições que existem para legitimar a simbologia agregada ao poder do seu orador ou do sujeito legítimo do falar como, por exemplo, o dono da organização em uma reunião de diretoria, ou em um evento com todos os colaboradores. Falar em rito de instituição é sugerir que qualquer ritual tende a sagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite

arbitrário (BOURDIEU, 1996). Por fim, temos uma **força representativa** advinda **do uso da linguagem** simbólica onde, segundo argumenta Bourdieu (1996), em não havendo nenhum agente social capaz de ignorá-lo praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas – mesmo as mais negativas –, podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador.

Adiante, relacionaremos as ideias de Wittgenstein às de Bourdieu para, com isso, descrever o enlace que norteia o ensaio.

3 'JOGOS DE LINGUAGEM' E 'HABITUS LINGUÍSTICO': PARA SE PENSAR A CULTURA ORGANIZACIONAL

Considerando o aspecto pragmático da linguagem – antes salientado por Wittgenstein (1979) –, Bourdieu (1996) consegue evidenciar que, em termos linguísticos, os conceitos de *habitus* e de campo na sua teoria relacionam-se indissociavelmente ao uso da linguagem, somente alcançando potência e sentido pleno se tal elemento for seriamente levado em conta. Hanks (2008, p. 42) argui que "em uma teoria da prática aplicada à linguagem, as regularidades de uso não são explicadas por regras, códigos ou convenções, mas por disposições e esquemas incorporados, os quais não são seguidos ou obedecidos, mas atualizados no discurso"; assim, numa acepção prática, "a produção da fala e do discurso são formas de ocupar posições em campos sociais, de forma que os falantes passam a ter trajetórias em cujo percurso eles perseguem diversos valores" (p. 44); dessa forma, no fluxo da fala e agindo no interior (e, também, por meio delas), os interactantes tem condições de assumir e (des)ocupar posições constituindo campos e sendo por eles, também constituídos. Isso ocorre, especialmente, porque a lógica de um campo pode ser definida através de suas possibilidades de distribuição de posições e de estratégias dentro dele, de modo que tais posições podem oferecer as condições de acesso e controle de capitais (FRIEDLAND, 2009).

Compreendemos que ambos os autores edificaram obras homogêneas em si mesmas, não sendo possível pinçar seletivamente, conceitos ou elementos delas, a fim de que se trabalhem empreendimentos analíticos (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Porém, embora não se trate de afirmar aqui integração entre os pensamentos desses dois autores – Wittgenstein e Bourdieu –, mas sim demonstrar paralelos e analogias suficientemente fortes para repensar o tópico da cultura organizacional nos EOR, abre-se a possibilidade de discutir Bourdieu e seu conceito de *habitus* de forma ampliada junto à noção de jogos de linguagem, principalmente devido ao fato de que "De um ponto de vista linguístico, o *habitus* corresponde à formação social dos falantes, o que inclui a disposição para determinados tipos de usos linguísticos, para avalia-los segundo valores socialmente

internalizados e para incorporar a expressão ao gesto, à postura e à produção da fala" (HANKS, 2008, p. 42).

Para Schein (1992), a cultura entendida segundo a concepção de grupos dentro das organizações se apresenta como as diversas suposições que serão compartilhadas entre eles, na medida em que ela ajuda a solucionar seus problemas de adaptação externa, visando a integração interna. À margem desse pensamento, temos Alvesson e Sveningsson (2008) apresentando uma visão alternativa do entendimento de cultura organizacional – de forma comparativa à Schein (1992) –, indo além, e envolvendo a construção de significados e o *sensemaking*. Dessa forma, a cultura compreende expressão de comportamentos, ações, eventos e outros aspectos materiais, mas não em referência exclusiva a elementos exteriores por si, já que há esse olhar para a importância do significado (e das crenças), e o que eles representam para as pessoas imersas numa dada realidade (ALVESSON; SVENINGSSON, 2008). Entendemos a cultura organizacional como sendo um sistema de valores e crenças infusos em significados construídos e compartilhados numa dada realidade organizacional, condicionantes das suas práticas, e que conferem sentido às atividades dos indivíduos. Complementa essa compreensão o fato de que as organizações correspondem a um constructo histórico e social dependentes do contexto e de sua época, devendo ser compreendidas em um espaço social e numa relação espaço-tempo fundamental para a geração e manutenção de conteúdos de significância (FREITAS, 2000; FRIEDLAND, 2009).

Enfatizamos, portanto, a relevância do **contexto**, que é comum aos arcabouços wittgensteiniano e bourdieusiano. Hanks (2008, p. 45-46) expressa um raciocínio próximo a este, acentuando que "qualquer campo é relativamente delimitado, não por paredes ou por barreiras, mas por restrições sobre quem pode se engajar em que posições", isso tal qual um jogador dentro do jogo da linguagem, atento as atitudes, crenças, valores, símbolos que configuram uma determinada cultura organizacional (AKTOUF, 2001). Num plano relacional, um símbolo – vide os que compõem e regem uma cultura organizacional – só é significativo na medida em que remete a um significado ligado a uma experiência concretamente vivida. E, quando se trata de experiência, podemos falar de *habitus* e de como jogos de linguagem contribuem para a construção e (re)construção de tal *habitus*, uma vez que "os problemas são resolvidos não pelo acúmulo de novas experiências, mas pela combinação do que é já há muito tempo conhecido" (WITTGENSTEIN, 1979, §109), já que "o que importa não é o 'uso' [das palavras] e sim o processo de usar palavras e frases nos contextos de conduta social" (GIDDENS, 1999, p. 300).

As ideias de Wittgenstein a respeito da prática linguística se aproxima da sociologia de Bourdieu, e a constituição de sentidos e usos segundo Wittgenstein auxilia em compreensões da teoria da prática de Bourdieu, já que ambas indicam o contexto (social) enquanto *locus* fundamental para o

entendimento entre indivíduo e seu meio. E, no caso de um contexto organizacional, temos a cultura empreendendo esta conexão. Wittgenstein (1979) descreve práticas que compõem uma multiplicidade de jogos de linguagem – com distintas 'semelhanças de família' entre si, com 'gramáticas' a serem consideradas, mas todos assentados em 'formas de vida' – para se realizar diversas ações: inventar uma história; traduzir de uma língua para outra, para pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar, etc. Com isso, podemos fazer uma conexão entre (i) a formação do *habitus* linguístico a partir da exposição frequente a jogos de linguagem que o compõe – onde aquele (o *habitus*) confere o saber ao agente social de como se deve agir em determinadas situações, o saber das 'regras' do jogo – e (ii) o saber interpretar o símbolo, quando a este exposto, porque existe uma indissociabilidade entre *habitus* e seu meio/contexto/campo, ilustrado por meio das atividades de um 'eficaz jogador em um jogo':

Tentar compreender linguisticamente o poder das manifestações linguísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da **linguagem institucional**, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora [...]. Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, **representa** tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. [...] Ao contrário do que sucede frequentemente quando se pretende driblar as dificuldades inerentes a um tratamento puramente interno da linguagem, não basta dizer que o uso da linguagem por parte de um locutor determinado, numa dada situação, com seu estilo, sua retórica e sua pessoa toda socialmente marcada, agrega às palavras 'conotações' associadas a um contexto particular, introduzindo assim no discurso o excedente de significado que lhe confere sua 'força elocucionária'. O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. [...] todos os esforços para encontrar na lógica propriamente linguística das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística, o princípio de sua eficácia simbólica, estão condenados ao fracasso quando não logram estabelecer a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo (BOURDIEU, 1996, p. 87; 89, grifo no autor).

Sendo a cultura uma série de significados compartilhados, o uso da linguagem é o que cria tais significados, e o *habitus* os absorve e condiciona sua reprodução, uma vez que este é moldado ao longo do tempo, conectando o presente e o passado. O processo de interpretar necessita de um contexto, um sentido que, ao ser interpretado – através de mediadores, tais como palavras, símbolos, vocabulários, dentre outros estruturalmente instituídos –, irão constituir significado através de seu uso prático vivenciado, aonde a questão polissêmica vem assegurada pelas semelhanças de família entre os jogos de linguagem. Wittgenstein (1979), explica que não podemos caracterizar melhor a pulverização e disseminação de usos da linguagem do que com o elemento das 'semelhanças de família', uma vez que estas se abarcam e se atravancam tal qual as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família, como os traços fisionômicos, por exemplo; isso, em certo sentido,

remete a outro conceito em Bourdieu, o de 'homologia', empregado para denotar similaridades entre campos e subcampos sociais (BOURDIEU, 2007).

O ser humano é um animal simbólico; isso significa dizer que ele "organiza suas experiências e ações por meios simbólicos, isto é, por intermédio de valores e significados que não podem ser determinados por propriedades biológicas ou físicas" (SAHLINS, 1997 *apud* JAIME JÚNIOR, 2002, p. 82); ademais, pode-se perceber que uma cultura estabelece uma identidade – uma marca reconhecível – quer pelos seus membros ou ainda para quem está de fora, e com ela só interage (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001). Dessarte, essa identidade corresponde a uma visão de mundo, uma atitude particular de como se fazer coisas, de interagir e de ser, por vezes assentada em 'formas de vida' particulares.

Contemporaneamente, há de se destacar que a relação com o trabalho ou com o lugar do trabalho muitas vezes se torna "a principal referência dos indivíduos ou, de outra forma, as organizações modernas [...] assumem voluntariamente o papel de fornecedores de identidades tanto social quanto individual, contaminando o espaço do privado e buscando estabelecer com o indivíduo uma relação de referência total" (FREITAS, 2000, p. 9). Desse modo, a cultura organizacional é resultante de uma representação compartilhada pelos membros de uma organização, em face daqueles com quem ela interage. E, tal representação vem da concepção de se enxergar o mundo através de *habitus* que são gerados pelos mais diversos jogos de linguagem num campo enquanto espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinadas posições. Para se homologar a relação entre dominantes – dotados de capital simbólico – e dominados – desprovidos de capital simbólico – pelos campos requer-se homogeneização institucional (FRIEDLAND, 2009), algo que é articulado pelo subcampo da cultura organizacional.

Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, e sua estrutura é como um jogo constante, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e ganhos específicos de capital de distintas sortes. Sapir (1968, *apud* GIRIN, 1996, p. 30) enfatiza que a "linguagem serve ainda para a acumulação cultural e para a transmissão da história, papel que se pode perceber nas sociedades primitivas por intermédio de provérbios, fórmulas mágicas, rezas, rimas, rituais, lendas, discursos tradicionais, cantos, genealogias". Nisso, tecemos uma interface com as organizações, onde o volume e a quantidade de capital que o agente detém tende a definir a sua posição na estrutura organizacional, já que linguisticamente falando, "[...] o *habitus* está relacionado à definição social do falante, mental e fisicamente, a seus modos rotineiros de falar, à sua gestualidade e ações comunicativas corporificadas (*embodied*), e às perspectivas inculcadas pelas práticas referenciais cotidianas de uma dada língua" (ORCHS, 1996 *apud* HANKS, 2008, p. 36).

O *habitus* linguístico, constituído de capital simbólico, poderá ser legitimado pelo uso de uma linguagem autorizada, através de um rito de instituição que, por final, conferirá representatividade e legitimidade (BOURDIEU, 1996). Numa questão de formação de símbolos representativos de poder, temos o lado de quem detém capital simbólico a ponto de estar apto a exercer poder, sobrepondo com mais veemência seus significados a serem compartilhados – sua cultura –, e os que devem apenas participar 'jogando o jogo' do poder. Tal combate se encampa tanto de forma explícita, quanto no plano simbólico, objetivando a manutenção das circunstâncias dominantes, porque a acumulação de capital é um modo trans-histórico de reproduzir o domínio dentro de um campo, sendo que este anseio de poder é o conteúdo de interesse dentro de cada campo (FRIEDLAND, 2009).

Mais relevante do que pensar a influência da cultura na ação – contendo os valores e as intenções enquanto elementos centrais norteadores da ação dos agentes – é pensar que uma ação individual, do ponto de vista cultural, leva em conta elementos não tão deliberados ou conscientes, pois, o agir norteado pela influência cultural não é um conjunto de ações unitárias (conscientes e deliberadas pelos agentes), mas sim uma ação integrada em samblagens maiores de ações, imbuídas desse substrato cultural (SWIDLER, 1986). Com efeito, entender a cultura como sendo uma 'caixa de ferramentas' [analogamente ao entendimento da linguagem enquanto uma caixa de ferramentas que Wittgenstein (1979, §11) metaforicamente expressou] para construir estratégias de ação de indivíduos inseridos em grupos/comunidades transfere as explicações causais não tanto para os 'valores-fim' de uma cultura, mas sim para a forma como compostos de hábitos, comportamentos, sensibilidades, atitudes e visões de mundo influenciam as ações individuais, em graus distintos de consciência e deliberação/voluntarismo – auxiliando a explicar continuidades de ações (cadeias de ações, *nexus* de ações) em circunstâncias de mudanças estruturais, haja vista que em tais circunstâncias, os indivíduos acessam e (re)combinam possibilidades de ação em novas (ou em diferentes) estratégias de ação (MORRIL, 2008; SWIDLER, 1986).

Do ponto de vista organizacional, seriam em circunstâncias de desestabilização (ou de crises) em uma organização que novas estratégias de ação dos agentes desencadeariam mudanças no composto de hábitos, comportamentos, sensibilidades, atitudes e visões de mundo sustentados pelos indivíduos daquela organização, implicando reorganização da sua configuração estrutural e do seu substrato cultural (SWIDLER, 1986). Nisso, estamos falando de impactos de alteração do/no *habitus* linguístico de uma organização (ou de um campo/subcampo de organizações) em circunstâncias nas quais o ato de usar a palavra se faz primordial, capitaneando o exercício do poder simbólico definindo qual estratégia de ação seguir, visando determinada alteração cultural, e qual(is) outra(s) não seguir. Isso, naturalmente, articula-se com questões hierárquicas de uma organização, e tampouco deixa de lado as disposições corporais e as competências linguísticas dos agentes dotados de suficiente capital

simbólico para mobilizar a ação de outrem. Freitas (2000, p. 12) ilustra essa influência cultural com o uso da palavra 'flexibilidade' nos traços culturais característicos das organizações contemporâneas, pois esse termo – ainda em voga –, alude a se uma organização se caracteriza como moderna e dinâmica ou não (principalmente diante dos desafios cotidianos do mercado), ao passo de que essa palavra é costumeiramente absorvida no *habitus* linguístico das organizações como sendo "uma varinha mágica que renova estruturas, saberes, comportamentos, condutas, métodos, pensamentos, visão de mundo, representações, conceitos".

O uso da linguagem vem a ser aí um fator chave, já que, dada a assimetria entre audição e locução, temos que essa última é um subconjunto das práticas da primeira (ENCREVÉ, 2005), pois isso envolve a posição-prática do agente social em circunstâncias práticas da fala. Usos de linguagem em circunstâncias específicas como a de uma crise ou um escândalo organizacional (JANSSON, 2016) lançam luz sobre a importância do campo dêitico, que compreende "o contexto de enunciação socialmente definido em que a língua é usada para inúmeros objetivos, incluindo a referência e a descrição, a realização de atos de fala e a interação verbal ordinária" (HANKS, 2008, p. 47), de modo que, em momentos dessa sorte, "funções verbais tais como referência, descrição, forças ilocucionárias e indiretude são reformuladas como formas de tomadas de posições no campo" (HANKS, 2008, p. 48). A mudança é operada, então, por poucos que estão em posição de poder falar a muitos em posição de poder (ou ter de) ouvir e compreender.

Dessa forma, o poder simbólico movimentado numa economia das trocas linguísticas é exercido pelos agentes sociais que dele fazem uso (por deterem capital simbólico para tal), visando à manutenção ou alteração de suas posições-práticas no campo onde, segundo Kim (2010), cada participante do campo quer reconstruir a história de tal forma que ela possa ser usada para legitimar e valorizar as peculiaridades de seu capital intelectual, bem como sua posição social dentro do campo, empreendendo isso a partir de mecanismos que demandam o uso competente da linguagem instituída:

A análise de Bourdieu consiste em mostrar de que modo essas variações internas à língua dita comum, que são distribuídas segundo os diferentes *habitus* dos locutores, são utilizadas pelas instâncias que detêm o monopólio da manipulação dos bens culturais, que, por sua vez, têm o sistema escolar em sua linha de frente, para legitimar, arbitrariamente, a variedade de língua dos "dominadores" e desvalorizar aquela dos "dominados". Onde a linguística vê apenas competências e interações comunicativas, é preciso reconhecer capital linguístico e bens linguísticos, avaliados em mercados linguísticos, segundo leis do mercado ligadas à unificação do mercado escolar, do mercado de trabalho e até do mercado matrimonial, pela ação das instituições culturais oficiais, e que, portanto, permitem aos detentores de capital linguístico concretizar vantagens simbólicas no âmbito do reconhecimento, em meio à ignorância que caracteriza o exercício da violência simbólica (ENCREVÉ, 2005, p. 266).

Com efeito, atentando-se para a relevância do uso da linguagem, o percurso aqui realizado ilumina a necessidade de se entender a cultura como um fenômeno social, histórico e estruturalmente definido a partir de relações de poder e de concentrações de diferentes tipos de capital detidos por indivíduos dispostos em posições distintas na estrutura social, os quais definem os sentidos e os significados das interpretações válidas e não válidas, em atos linguísticos de produção da cultura. Entornado à cultura organizacional, temos sua prática como sendo um eficaz mecanismo de controle objetivando acomodar condutas para, com isso, homogeneizar formas de pensar e de se colocar em uma organização, trazendo a falsa compreensão de que todos são similares, ignorando as diferenças e conflitos intrínsecos para, dessa feita, anular a reflexividade dos sujeitos (ALVESSON; SVENINGSSON, 2008). É mediante Bourdieu (1996) que compreendemos que o poder das palavras está em quem as pronuncia e nunca nelas mesmas; neste aspecto, a aproximação entre Wittgenstein e Bourdieu enriquece a compreensão acerca da cultura organizacional, principalmente quando se revela a preocupação para com o contexto, com o uso das palavras que ali vigora, com o *habitus* do campo em questão, e para o conjunto de capitais simbólicos ali transacionados, fazendo-nos compreender que, de fato, o poder não está nas palavras, mas sim no poder simbólico de quem as profere, ao passo que esse poder passa pela constituição do *habitus* de seu agente, gerado pela linguagem e pelo seu uso legitimado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, pragmática da linguagem de Wittgenstein não é teoria da prática de Bourdieu, e nem jogos de linguagem equivalem – enquanto conteúdo conceitual – a campos ou a *habitus*. Entretanto, a interação entre essas duas bases de pensamento e seus conceitos/noções abre espaço para reflexões sobre uma gama significativa de fenômenos sócio-organizacionais de potencial interesse a pesquisadores da linguagem ordinária. Segundo nos aponta Clegg (1996, p. 66), "as políticas de linguagem em relação aos textos e as palavras são condições normais de existência na vida organizacional", ao passo que "o poder, a organização e a ação exprimem-se invariavelmente nas políticas simbólicas e em sua interpretação". Girin (1996, p. 24) evidencia argumento similar com sua "constatação da presença, e de uma presença maciça, da linguagem no funcionamento da organização", passando (já à época) a ser evidente que "não se deve ter escrúpulos em reconhecer que, até recentemente, os pesquisadores não prestaram grande atenção nesse fato".

Este ensaio teve como propósito discutir de que forma o uso da linguagem participa da formação dos capitais simbólicos representativos de poder que influenciam a cultura organizacional – esta vista como manifestação de práticas organizacionais –, articulando, para isso elementos das

obras de Wittgenstein e Bourdieu. Ao fazermos tal enlace, podemos visualizar que uma das formas para isso é mediante o conhecimento e domínio de específicos jogos de linguagem, o qual angaria capitais simbólicos representativos de poder através dos usos e das significações linguísticas contextualizadas, influenciando, assim, *habitus* e níveis de campo e subcampo, desembocando em culturas organizacionais. Da mesma maneira que o *habitus* produz uma forma de estruturação da ação que serve como referência para diversas ações futuras (BOURDIEU, 2007), semelhanças de família também abrem possibilidades para como a linguagem irá se combinar e se influenciar mutuamente (WITTGENSTEIN, 1979).

Para além da questão cultural nas organizações, e na contribuição aos EOR aqui pretendida, o exercício ensaístico aqui apresentado permitiu refletirmos sobre o alcance que o pensamento de Bourdieu (1996; 1999) também tem para o fazer científico de um campo como este para o qual se almeja comunicar. Segundo ele:

[...] a ciência social deve atentar para a autonomia da língua, sua lógica específica, suas regras próprias de funcionamento. Não se pode especialmente compreender os efeitos simbólicos da linguagem sem levar em conta o fato, mil vezes atestado, de que a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades geradoras são ilimitadas. Não há nada que não se possa dizer, e pode-se dizer o nada. Pode-se enunciar tudo na língua, isto é, nos limites da gramaticalidade. [...] Jamais se deveria esquecer que a língua [...] é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto (BOURDIEU, 1996, p. 28).

Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) notabilizam que Bourdieu tem sido utilizado de forma crescente em diversas linhas de investigação nos EOR brasileiros, e possui uma grande vantagem de construir seu projeto intelectual com pesquisas empíricas em diversos campos sociais, sendo esta uma trilha metodológica a ser utilizada como referências. Nesse quesito, enfocando principalmente a centralidade da linguagem apontada ao longo deste ensaio, análises críticas do discurso ou ainda abordagens etnometodológicas do discurso são apontadas como métodos de análise apropriados para fins de se tentar captar e explicar a dinâmica inter-relacionada entre esferas macro, *meso* e micro pressuposta na abordagem de Bourdieu (EVERETT, 2002; RODRIGUES; BRAGA, 2014), bem como os jogos de linguagem edificante das dinâmicas organizacionais (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; BULGACOV, 2013).

Para um campo interdisciplinar científico como a Administração, ainda em discussão sobre suas fronteiras e limites epistemológicos, as reflexões de Bourdieu (2011) acerca do campo científico e das práticas acadêmicas podem ser, em boa medida, criticamente potencializadas, quando se reconhece a força explicativa que o *habitus* linguístico tem, escrutinando o caráter constitutivo do

uso instituído de específicos jogos de linguagem, em um espaço tão pautado por trocas linguísticas, como o em questão (ADAMOGLU DE OLIVEIRA, 2016).

Recebido em: julho de 2017
Aprovado em: dezembro de 2017
elizeu.balves@hotmail.com
samiroliveira09@hotmail.com
[DOI: 10.26512/les.v18i3.7460](https://doi.org/10.26512/les.v18i3.7460)

REFERÊNCIAS

- ADAMOGLU DE OLIVEIRA, S. Do "*habitus* linguístico" e seu papel na prática da pesquisa científica. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 3, n. 2, p. 210-215, 2016.
- ADAMOGLU DE OLIVEIRA, S.; BULGACOV, Y. L. M. Wittgenstein e a Administração: potencialidades da pragmática da linguagem aos Estudos Organizacionais e à Estratégia. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 5, p. 556-573, 2013.
- AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2001, v. 2. p. 39-79.
- ALVESSON, M. **Understanding organizational culture**. London: SAGE, 2013.
- ALVESSON, M.; SVENINGSSON, S. **Changing organizational culture**. London: Routledge, 2008.
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. 3. ed. Malden: Polity Press, 1999.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2007.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- CHARTIER, R. O mundo econômico ao contrário. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. (Coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. p. 253-260.
- CLEGG, S. R. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas – volume 1**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 47-66.

- CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organizações e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais – Volume 1**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 30-58.
- EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 1-44, 2008.
- ENCREVÉ, P. A palavra e seu preço. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. (Coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. p. 261-270.
- EVERETT, J. Organizational research and the praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 1, p. 56-80, 2002.
- FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 2, p. 6-15, 2000.
- FRIEDLAND, Roger. The endless fields of Pierre Bourdieu. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 887-917, 2009.
- GIDDENS, A. **Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura**. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 281-319.
- GIRIN, J. A linguagem nas organizações: signos e símbolos. In: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas – Volume 3**. São Paulo: Atlas, 1996, p. 23-66.
- HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: HANKS, W. F. / BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 33-63.
- JAIME JÚNIOR, P. Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 4, 72-83, 2002.
- JANSSON, A. Stigmatisation of elite actors in corporate scandals: the role of meaning making in the media. **Culture and Organization**, v. 22, n. 5, p. 383-408, 2016.
- KIM, K-M. How objective is Bourdieu's participant objectivation? **Qualitative Inquiry**, v. 16, n. 9, p. 747-756, 2010.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; NOGUEIRA, E. E. S. Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. esp., p. 35-58, dez. 2001.
- MORRIL, C. Culture and organization theory. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 619, n. 1, p. 15-40, 2008.
- OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V. de; DESCENDRE, D. **O poder das organizações**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RODRIGUES, A. D.; BRAGA, A. A. Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso. **MATRIZES**, v. 8, n. 2, p. 117-134, 2014.

ROSA, Alexandre Reis; PAÇO-CUNHA, Elcemir; MORAIS, César Augusto Tureta de. Análise crítica do discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. In: CARRIERI, A. P. (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 79-108.

SÁ, Márcio. Construtivismo bourdieusiano como linguagem: uma interpretação pragmática. **Configurações** [Online], v. 16, p. 115-128, 2015.

SCHEIN, Edgar. **Organization culture and leadership**: a dynamic view. San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SMIRCICH, L. Concepts of culture and organizational analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, p. 339-358, 1983.

SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, v. 51, p. 273-286, 1986.

TAYLOR, C. *Lichtung* ou *Lebensform*: paralelos entre Heidegger e Wittgenstein. In: TAYLOR, C. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 73-91.

VANDENBERGHE, F. "The real is relational": an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, 1999.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)